



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Nº 26/2023

(NA FONTE Nº 20/2023)

DATA DE ENTRADA: 04/09/2023

AUTOR: Poder Executivo

PROTOCOLO: 1171/2023

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo, no limite da disponibilidade e ingresso dos recursos provenientes do Ministério da Saúde ao pagamento da complementação do piso nacional da Enfermagem, do Técnico de Enfermagem e do Auxiliar de Enfermagem estatutário, temporário ou ocupante de cargo de livre nomeação proporcional a carga horária, de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022 e decisão do STF - Supremo Tribunal Federal/ADI 7222 e Portaria do MS nº. 1.135/2023 e dá outras providencias.

COMISSÕES DESIGNADAS:

I – Constituição, Justiça e Redação Final	
II – Finanças, Orçamentos e Contas	
III – Obras e Serviços Públicos	
IV – Agricultura e Meio Ambiente	
V – Educação, Cultura, Esporte e Lazer	
VI – Saúde, Assistência Social e Habitação	
VII – Direitos Humanos, e Defesa do Consumidor	
VIII – Ética e Decoro Parlamentar	

TRAMITAÇÃO

ORDINÁRIA		URGÊNCIA		EXTREMA URGÊNCIA	
-----------	--	----------	--	------------------	--

Servidor

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Nº 26/2023

(NA FONTE Nº 20/2023)

ENCAMINHAMENTOS:

- AO PRESIDENTE;**
- AO JURÍDICO;**
- ÀS COMISSÕES;**
- EXTERNOS.**

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Nº 26/2023

(NA FONTE Nº 20/2023)

REQUISIÇÕES DE

INFORMAÇÕES

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Nº 26/2023

(NA FONTE Nº 20/2023)

DOCUMENTOS

CORRELATOS

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

**Nº 26/2023
(NA FONTE Nº 20/2023)**

EMENDAS

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Nº 26/2023

(NA FONTE Nº 20/2023)

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Nº 26/2023

(NA FONTE Nº 20/2023)

ATA DE REUNIÃO DAS

COMISSÕES

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Nº 26/2023

(NA FONTE Nº 20/2023)

PARECERES DAS

COMISSÕES

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Nº 26/2023

(NA FONTE Nº 20/2023)

PAINEL DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Nº 26/2023

(NA FONTE Nº 20/2023)

AUTÓGRAFO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Nº 26/2023

(NA FONTE Nº 20/2023)

ENCAMINHAMENTO

AO EXECUTIVO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Nº 26/2023

(NA FONTE Nº 20/2023)

SANÇÃO E

PROMULGAÇÃO